

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Marcio Adriano Belgamazzi

GESTÃO TRIBUTÁRIA EM SOCIEDADES ANÔNIMAS: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE CACOAL (RO).

Cacoal – RO
2016

Marcio Adriano Belgamazzi

**GESTÃO TRIBUTÁRIA EM SOCIEDADES ANÔNIMAS: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE CACOAL (RO).**

Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus
Prof. Francisco Gonçalves Quiles como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Cacoal – RO
2016**

Belgamazzi, Marcio Adriano.

B429g Gestão tributária em Sociedades Anônimas: um estudo no município de Cacoal (RO) / Marcio Adriano Belgamazzi– Cacoal/RO: UNIR, 2016.

34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Rondônia – Campus Francisco Gonçalves Quiles.

Orientador: Prof. Dr. Cleberson Eller Loose.

1. Contabilidade. 2. Direito tributário. 3. Gestão tributária. 4. Sociedades anônimas. 5. Economia tributária. I. Loose, Cleberson Eller. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657:34:336.2

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Rondônia Campus
Prof. Francisco Gonçalves Quiles,
Departamento de Ciências Contábeis, como
parte das exigências para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

APROVADO em 08 de Dezembro de 2016.

Prof. Dr. Cleberson Eller Loose

Presidente

Prof.^a Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato

Membro

Prof.^a. Ms. Simone Maria Gonçalves de Oliveira Uilian

Membro

CACOAL/RO

2016

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pela conquista até aqui alcançada, em segundo lugar pela minha família por ter acreditado nesse projeto profissional, aos meus amigos pela força que sempre me proporcionaram, aos meus orientadores Prof. Dr. Cleberson Eller por ter me Auxiliado e somado junto nesse resultado final, e a Prof. Dr^a Nilza Duarte por ter me incentivado nessa pesquisa, não ter desistido em meios a tantos percalços do caminho na primeira fase, e por fim, deixa meus mais sinceros agradecimentos a essa profissional que sem dúvidas é uma das melhores que já me deparei nessa vida acadêmica.

GESTÃO TRIBUTÁRIA EM SOCIEDADES ANÔNIMAS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO).

Marcio Adriano Belgamazzi¹

Resumo

As empresas brasileiras sofrem com uma alta carga tributária, devido inúmeros tributos existentes na conjuntura política brasileira, por meio dessa elevada carga, faz-se necessário utilizar e desenvolver práticas que reduzam esses gastos com tributos. Desse modo, a gestão tributária é uma ferramenta de suma importância para redução do ônus tributário de uma empresa. Essa pesquisa teve como foco principal as empresas constituídas como Sociedade por Ações (S/A) do município de Cacoal (RO). Tendo como objetivo evidenciar se empresas constituídas como (S/A) utilizam a gestão tributária no gerenciamento do negócio, visando melhor desempenho econômico e financeiro por meio da gestão de tributos. Ao mesmo tempo foi levantando o perfil dos gestores, demonstrando as práticas de gestão usadas. Foi identificada a economia obtida por meio da gestão tributária. Os dados foram obtidos por meio de um roteiro semiestruturado, aplicado junto aos gestores das empresas. Foi constatado que 67% das empresas pesquisadas utilizam gestão tributária. 33% não utilizam, alegando benefícios menores que os custos para práticas de gestão tributária. De modo geral as empresas que fazem gestão tributária economizam em média 20% nas despesas com tributos.

Palavras-chave: Gestão tributária; Sociedades anônimas; economia tributária.

1 INTRODUÇÃO

Em meio às crises econômicas que o país vem passando nos últimos anos, toda redução de recursos seja material ou peculiar dentro de uma empresa se torna considerável no final do exercício, dessa forma quando as mesmas passam por processos de orientações corretas de práticas e recursos tributários resultam em grandes economias de pagamento de tributos (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Assim, o gestor pode se utilizar da gestão tributária dentro de sua corporação para otimização do ônus fiscal, sendo os objetivos da gestão tributária desenvolver formas de reduzir os valores pagos em tributos de forma lícita, fazendo com que o contribuinte deixe muitas vezes de pagar multas e valores indevidos ao fisco (FABRETTI, 2014).

Sempre utilizando dos limites máximos e corretos permitidos para amenizar o ônus da empresa, os gestores que optaram em ter a gestão de tributos em sua empresa, podem desenvolver por meio dessa ferramenta desde a redução de custos de produção, até mesmo brechas legais conhecidas como elisões fiscais, ou se preferirem usar o planejamento tributário, uma vez que, a gestão tem uma visão mais ampla do segmento e o planejamento uma visão mais focada apenas na otimização de tributos (KIRCHNER; CARDOSO, 2004).

¹ Acadêmico Concluinte do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Doutor Cleberson Eller Loose.

Essa questão, faz com que cada vez mais, haja procura por ferramentas que otimizem esses gastos, reduzindo os custos da empresa e aumentando sua lucratividade; em muitos casos as empresas de grande porte acabam criando departamentos específicos para a gestão tributária (CREPALDI, 2012).

Levantar todos esses dados sobre a gestão tributária, leva aos profissionais contábeis um grande leque de informações, desde a visão dos gestores diante da prática dessa ferramenta, ao mesmo tempo apontando seus benefícios para a organização. Segundo Crepaldi (2012), para uma execução bem elaborada da gestão tributária faz-se necessário que os profissionais se mantenham atualizados com a legislação e atualidades do segmento, para então se chegar ao lucro almejado.

De modo geral, gestão tributária vem sendo tratada como uma ferramenta de apoio aos empresários no que se refere à otimização da redução da carga tributária em suas empresas, tornando-se cada vez mais um mecanismo indispensável aos agentes econômicos (SIQUEIRA, 2011).

No que se refere às empresas constituídas na forma de Sociedades Anônimas, a gestão tributária perpassa a ideia de ser tratada como uma ferramenta de apoio à gestão de forma facultativa, conforme estabelece o artigo 153, da Lei nº 6.404/76, a gestão tributária é tratada como uma obrigação do gestor.

Este trabalho, além do apanhado teórico a que se propôs, fundamenta-se na intenção de propiciar pesquisa voltada para a prática da gestão tributária, buscando informações sobre como os profissionais atuam e como as organizações percebem a gestão tributária e sua importância para o sucesso do negócio.

Dessa forma buscou-se responder a seguinte questão: as empresas constituídas na forma de Sociedades Anônimas privadas instaladas no município de Cacoal utilizam a gestão tributária no gerenciamento do negócio, visando melhor desempenho econômico e financeiro? Para responder tal questionamento foi realizada uma pesquisa de campo no município de Cacoal, sendo utilizado um roteiro semiestruturado, o qual foi aplicado junto aos gestores destas organizações. Os dados obtidos foram analisados com auxílio de ferramentas eletrônicas e apresentados por meio de figuras gráficas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção abordam-se aspectos sobre gestão tributária, importância e práticas, bem como conceitos e características de empresas constituídas na forma de Sociedades Anônimas.

2.1 GESTÃO TRIBUTÁRIA: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E OBJETIVOS

Gestão tributária consiste em um mecanismo de gestão que pode ser utilizado pelas empresas para amenizar o ônus tributário. Fabretti (2014) entende a gestão tributária como um processo de gerenciamento dos aspectos tributários de uma determinada organização, cuja finalidade consiste na adequação e planejamento, visando controle das operações que tenham relação direta com tributos. Desta forma para Oliveira *et al* (2011), uma empresa com uma orientação de correta vem resultar em grandes economias fiscais de tributos.

A gestão tributária não tem como objetivo o fazer, mais sim o administrar, entende assim, que a gestão tributária tem como objetivos interpretar a legislação tributária e a execução no cumprimento das obrigações principais e acessórias de forma que sejam atendidas, evitando contingências fiscais e pagamentos incorretos de tributos (FABRETTI, 2014).

Desta forma, de acordo com Fabretti (2014), os objetivos da gestão tributária consistem em implementar formas lícitas de economia tributária e evitar multas e sanções, bem como pagamentos indevidos.

No entanto, Esnolde *et al* (2009) alertam que, para o administrador conseguir algum tipo de vantagem ou economia de tributos, faz-se necessário um acompanhamento constante da legislação tributária e o aperfeiçoamento de competências técnicas e gerenciais.

Assim, o gestor tributário deve sempre manter-se atualizado com o mundo fiscal, com um estudo fiel, pois segundo Lovatele *et al* (2013) essa ferramenta da gestão tributária deve ser desenvolvida por um profissional que domine essa área, em outras palavras, que o mesmo tenha conhecimentos específicos da área tributária e fiscal. Contribuindo com esse pensamento, Calijuri (2009) entende que, o profissional tem como responsabilidade além de conhecer as mais diversas formas de impostos, contribuições e taxas, que compõe o Sistema Tributário Brasileiro, também conhecer sua aplicabilidade de forma correta e coerente, devendo sempre estar aprimorando seus conhecimentos.

Com todo o conhecimento necessário, o profissional pode contribuir para o sucesso da empresa. “A gestão tributária eficaz pode representar a diferença entre o sucesso e fracasso empresarial” (CALIJURI, 2009, p. 24), além de conhecer os tributos o gestor deve acompanhar os resultados financeiros e contábeis da empresa. Segundo Oliveira *et al* (2010) é função também da gestão tributária a responsabilidade de informar, correta e oportunamente, o valor das diversas provisões para recolhimento dos tributos.

Dentre as práticas gestoras de redução tributária, pode-se mencionar a elisão fiscal, que de forma lícita, reduz o recolhimento. De acordo com Kirchner e Cardoso (2014), a elisão é um

meio lícito, que envolto a ela a empresa busca postergar o recolhimento dos tributos, ou até mesmo fazendo com que não incidam, deixando assim de forma clara que a gestão tributária deve sempre ocupar-se com formas de elisão fiscal. Já Habraão (2011), trata a elisão como um procedimento de se apropriar das chamadas “brechas da lei”, que por algum motivo os legisladores deixaram para que os contribuintes possam se aproveitar para reduzirem os valores a serem pagos ou recolhidos aos cofres públicos.

Desta forma as brechas da lei são alternativas que o gestor desenvolve por meio de seus conhecimentos e práticas, caminhos legais de amenizar o ônus com o governo. O gestor opta por desenvolver ações que harmonize com um menor ônus a carga tributária de sua empresa, utilizando de elementos que possibilitem evitar o fato gerador que a própria lei não proíbe (HABRAÃO, 2011).

O gestor deve sempre ir além da visão de que a gestão tributária visa tão somente a redução de tributos. Um gestor tributário atento é aquele que faz o procedimento de forma correta, utilizando-se dos limites máximos permitidos para amenizar o ônus da empresa, tendo como exemplo a depreciação, sempre efetivar a mesma com os limites máximos, inclusive a depreciação acelerada (KIRCHNER; CARDOSO, 2004).

Assim, quando todos os procedimentos cabíveis da gestão tributária são executados, pode-se ainda optar por desenvolver o planejamento tributário. Gestão tributária consiste em um entendimento mais amplo em reduzir, anular ou adiar o ônus fiscal, por isso somente após uma competente gestão tributária é que se pensa em um planejamento tributário, se este ainda se fizer necessário (KIRCHNER; CARDOSO, 2004).

Para que um planejamento tributário seja confiável e ao mesmo tempo preciso com os dados e economicamente rentável, o contador necessita analisar inúmeras informações que compõem a vida das empresas de forma lícita. Para Oliveira *et al* (2015, p. 39) “planejar é escolher, entre duas ou mais opções lícitas, a que resulte no menor imposto a pagar”.

A figura 1 evidencia os caminhos e conhecimentos necessários para uma gestão tributária eficaz.

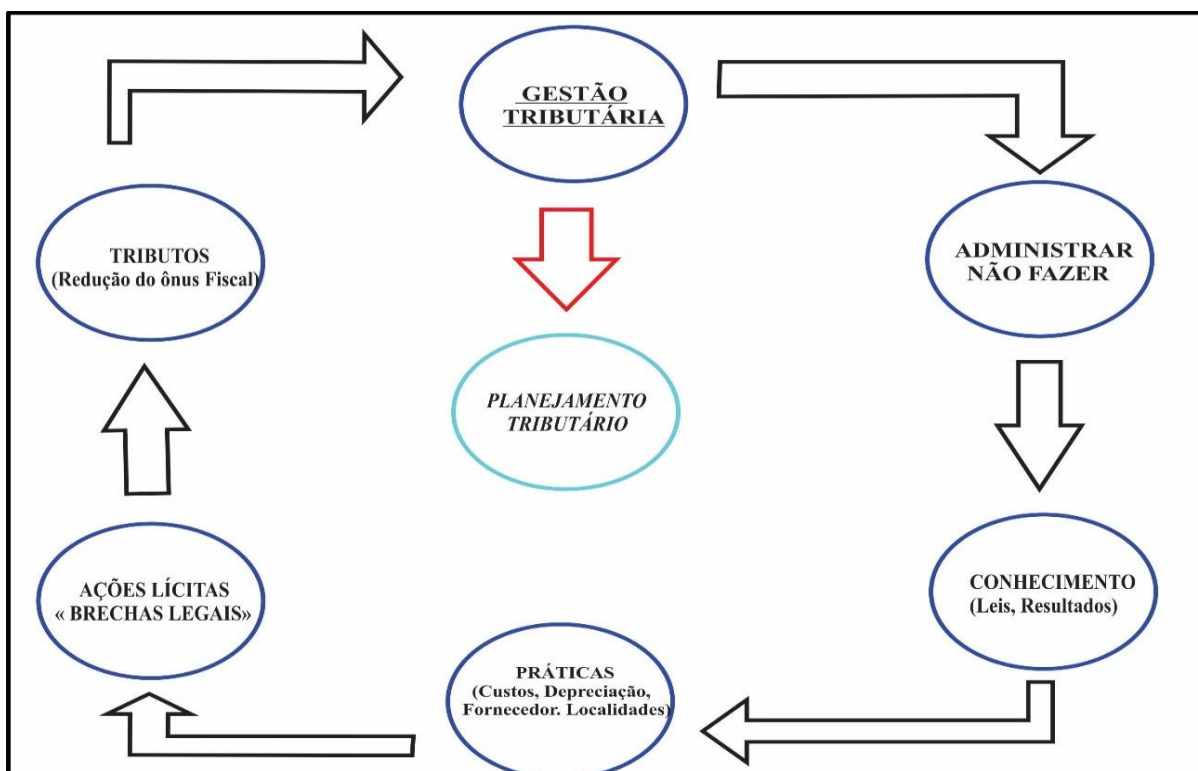


Figura 1 - Caminhos de uma gestão tributária eficaz

Fonte – Adaptado de Kirchner e Cardoso (2004, p. 16).

A figura 1 demonstra como o gestor tributário pode atuar para desenvolver junto à empresa uma gestão tributária eficaz e precisa. Sendo assim, um gestor da área tributária deve ter consigo um vasto conhecimento adquirido de leis e ações fiscais, que caracterizem atos lícitos, sempre tendo como visão o ato de administrar não de executar, elaborando meios de reduzir o ônus tributário, e por fim, quando já praticadas todos os caminhos da gestão, se entender como necessário pode-se optar por desenvolver junto à empresa, o Planejamento Tributário.

2.1.1 Planejamento Tributário

Planejamento tributário no entendimento de Fabretti (2014) refere-se a um estudo realizado previamente, ou seja, antes da ocorrência do fato administrativo, pesquisando seus efeitos jurídicos e econômicos, bem como alternativas legais menos onerosas visando à economia de tributos. Já para Chaves (2010) é um mecanismo de escolhas de práticas, não simuladas, antes do fato gerador, visando de forma direta ou indiretamente a redução do ônus dos tributos.

O planejamento tributário pode ser realizado após todos os recursos da gestão tributária terem sido praticados. Para Kirchner e Cardoso (2004, p.17) “depois do posicionamento frente

todos estes fatores, pode a gestão tributária ater-se somente a estes pontos, entretanto, sendo necessário poder-se-á efetivar o planejamento tributário”.

De tal forma na visão de Kirchner e Cardoso (2004), o planejamento tributário é um nível técnico mais focado no fazer, diferentemente da gestão, que visa mais o administrar, desta forma o planejamento tributário requer uma visão mais ampla de toda a organização e do profissional, um conhecimento mais avançando.

Assim, o profissional vê no planejamento tributário uma ferramenta como meio de reduzir o recolhimento de tributos de forma menos onerosa para a empresa. Sendo uma maneira lícita de reduzir a carga fiscal (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Para Chaves (2010), o planejamento tributário, pode ser classificado em três categorias: conversador, moderado e agressivo.

1) Conservador - traz as seguintes vertentes: 1ª) de não necessitar de interpretação Jurídica; e 2ª) aplicar os princípios ou se fazer uso da Constituição Federal (CF) até mesmo do Código Tributário Nacional (CTN), sobrepondo apenas o que está na Lei ordinária;

2) Moderado - faz com que o profissional tributário tenha um maior leque de conhecimento, nas esferas do CTN, CF, e nas Jurisprudências referente aos assuntos, tendo até mesmo, se necessário, impetrar junto ao poder judiciário ações para ter declarações de seus direitos;

3) Agressivo - o profissional conduz as atividades por autoconhecimento, das Leis do CTN e junto a CF, não estando de forma direta autorizado em Lei Ordinária, utilizando apenas suas interpretações. Caso seu procedimento seja autuado pelos entes fiscais, o mesmo ingressa com recursos administrativos e judiciais quando necessário.

Sendo assim, essas categorias influem de forma direta na vida do profissional, fazendo com que o mesmo necessite de um vasto conhecimento teórico e prático sobre o planejamento tributário, por esse motivo muitas vezes, faz com que as empresas deixem de utilizá-lo, uma vez que se trata de situações específicas, considerando que cada empresa possui particularidades em relação às questões tributárias. “Para cada empresa dever ser feito o programa de trabalho com procedimentos específicos, de acordo com cada realidade, pois nem sempre o planejamento tributário é igual entre os contribuintes” (CHAVES, 2010, p. 11).

O planejamento tributário deve ir além de um simples controle da carga fiscal, podendo ser agregado a decisões de extrema importância para a vida estrutural e futura da entidade, como por exemplo, que produto vender, qual localidade abrir uma sede ou filial. O planejamento tributário pode conduzir um gestor a vários custos, sendo eles tributários ou não, tais fatores

irão depender da demanda, da estrutura, da localização dos negócios, da produção da empresa (CALIJURI, 2009).

O planejamento tributário não é uma ferramenta tão simples de ser elaborada, haja vista a necessidade de conhecimentos da área tributária no campo contábil e jurídico. Desta forma, para a execução de um planejamento tributário, faz-se necessário elaborar e demonstrar a real situação das contas patrimoniais e de resultados da empresa, necessitando assim de uma contabilidade tributária adequada que consiga desenvolver essas funções de elaborar e demonstrar com clareza a situação econômica (CREPALDI, 2012).

Para Fabretti (2005) a contabilidade tributária basicamente consiste em dois métodos: 1) um planejamento adequado, dominando as leis correlacionadas aos tributos, e 2) Relatórios contábeis eficazes que mostrem a real situação econômica da entidade. Assim, o desempenho da contabilidade tributária está diretamente relacionado com o conhecimento do profissional contábil que executa suas atividades com base na legislação, auxiliando no aprimoramento da redução da carga tributária.

Dessa forma, planejar não é somente absorver os conhecimentos contábeis, mas também o jurídico, uma vez que o profissional necessita estar informado da área fiscal e, o contador por sua familiaridade com os tributos tem maior intimidade, e ao mesmo tempo de dominar a legislação tributária, oportunizando assim a redução tributária (CHAVES, 2010).

Lima e Duarte (2007) defendem que o planejamento tributário é uma ferramenta que desafia o gestor, influenciando a competitividade das empresas, resultando na redução de custos, proporcionando lhes condições de sobreviver no mundo empresarial. Tendo como finalidade o aumento do lucro, reduzindo os custos e aprimorando sua competitividade dentro do nicho empresarial.

Por outro lado, Fabretti (2005), diz que não há mágica em um planejamento tributário, que existem apenas alternativas, e que os custos e benefícios variam muito em função dos valores envolvidos, dentre outras características como local, época, produto.

Assim cabe ao gestor/profissional administrar suas ferramentas de forma a otimizar os resultados do planejamento tributário. Para Calijuri (2009), não se pode pensar que o planejamento tributário é a fonte originária de lucratividade da empresa, pois desta forma, estará ignorando os muitos outros fatores que compõe o quadro lucrativo.

O planejamento tributário após analisadas e adotadas essas operações, que consiste em conhecer as obrigações tributárias, segue em adotar procedimentos tributários legitimamente inseridos na liberdade fiscal (CREPALDI, 2012), trabalhando em conjunto com 3 tipos de

planejamento tributário que são: Planejamento tributário Estratégico, Tático e Operacional (LIMA; DUARTE, 2007).

A figura 2 evidencia as funções e objetivos do planejamento tributário estratégico, tático e operacional.

Tipos de Planejamento Tributário	Descrição
Planejamento tributário Estratégico	Trabalha com recursos estritamente previstos, facilitando assim a capacidade de competir junto ao mercado empresarial; Tem como objetivo principal a redução ou economia tributária, e as possíveis formas de evitar perdas desnecessárias para a organização ao longo prazo. Visa submeter a empresa a regras e normas, com objetivos a serem alcançados a longo prazo, dando as melhores direções das ações praticadas.
Planejamento tributário Tático	O Planejamento Tributário Tático está relacionado a prazos médios, geralmente divididos em departamentos dentro das empresas, diferenciando assim do estratégico que planeja ações a um longo prazo. É desenvolvido apenas em setores específicos, utilizando de objetivos do planejamento estratégico. É desenvolvido por níveis intermediários, com finalidade principal de utilização de recursos de fácil acesso, que possibilite maior execução das metas estabelecidas.
Planejamento tributário operacional	Visa à formalização do planejamento tributário estratégico em forma de documentos ou métodos estabelecidos pela empresa; Geralmente é desenvolvido para ações de curto prazo, nos níveis inferiores das organizações, focando nos trabalhos do dia-a-dia; Dessa forma o planejamento tributário operacional maximiza o ganho de tempo dos gestores sempre utilizando de técnicas ou meios que otimize os maiores resultados positivos possíveis dos trabalhos corriqueiros, ao contrário do tático que está voltado para os resultados satisfatórios da empresa.

Figura 2 - Caracterização do Planejamento Tributário Estratégico.

Fonte: Oliveira *et al* (2011); Lima; Duarte (2007); Mendes; Raiser (2009); Santos (2010); Oliveira (2016).

Quanto à execução do planejamento tributário, este está ligado geralmente às empresas de maior porte, constituído por uma equipe de profissionais com conhecimentos específicos em contabilidade, direito, legislação tributária, administração dentre outros assuntos (CREPALDI, 2012).

Moreira (2010, p. 7) entende que “o planejamento tributário é inclusive dever dos administradores de sociedades anônimas, conforme sua interpretação quanto ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976”, Segundo o art. 153 da referida Lei, “O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios”. (Brasil, 1976).

2.2 EMPRESAS SOCIEDADES ANÔNIMAS: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA.

Dentre os tipos de sociedades existentes, na opinião de Borba (2012), apenas três são de importância para o cenário econômico, sendo elas: Sociedade simples, a sociedade limitada e a sociedade anônima.

Dessa forma as Sociedades Anônimas ou Companhias são regulamentadas pela Lei nº 6.404/76, tratando-se de uma sociedade estatutária, exclusivamente mercantil, cujo capital é composto por ações, limitando assim as responsabilidades de seus acionistas (GABRIEL, 2010). Os titulares das ações são denominados de sócios acionistas ou simplesmente de acionistas (MAMEDE, 2007).

Para a constituição de uma sociedade anônima faz-se necessário a apresentação de uma proposta empresarial com seus objetivos, em assembleia de fundação, podendo atrair acionistas desde pessoa físicas até mesmo jurídica para compor o quadro acionário. Esses acionistas serão considerados acionistas fundadores. Nessa mesma assembleia deverá haver a apreciação do estatuto que regira as diretrizes da empresa (GABRIEL, 2010).

Após ser aprovado pelos sócios fundadores, o estatuto deverá ser registrado na Junta Comercial do estado de origem, assim toda companhia é uma sociedade empresária (MAMEDE, 2007). “São consideradas sociedades empresárias aquelas que exerçam profissionalmente atividades econômicas organizadas para a produção ou circulação de bens e serviços” (MAMEDE, 2007, p. 31).

Tomazette (2011) conceitua sociedade anônima como uma sociedade de capital, com maior importância atribuída ao valor capitalizado pelo acionista e não suas qualidades pessoais. Dessa forma, para essas companhias os sócios não precisam ter vínculo um com outro, apenas inserir recursos financeiros.

Borba (2012) elenca algumas características básicas das sociedades anônimas ou sociedades por ações, sendo elas: a) é uma sociedade de capital; b) sociedade empresária; c) seu capital é dividido em ações, que são transferíveis por meio de processos aplicáveis aos títulos de créditos; e d) a responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor das ações subscritas em seu domínio.

Tomazette (2011) acrescenta outras características das sociedades anônimas:

a) Nome: por se tratar de uma sociedade de capital, utiliza-se a denominação de sociedade anônima, com a adoção de uma razão social, o qual mantém anônimo o nome dos

acionistas, conforme estabelece o artigo 1.160, do Código Civil, tendo como exigência que na denominação esteja o objeto social da empresa;

b) Função e importância econômica: as sociedades anônimas possuem um mecanismo de financiamento de empresas de grande porte, por utilizar-se de investimentos de inúmeros acionistas, que ao comprar as ações estão injetando recursos diretamente ao patrimônio líquido da empresa; pela limitação das responsabilidades dos acionistas de acordo com seu investimento, as S/As atuam como uma forma de poupança particular, devido os ganhos recebidos por meio dos lucros ou vendas de títulos que aumenta o valor investido. Desta forma, faz com que tenha uma grande importância econômica, caracterizando assim uma economia moderna;

c) Objeto Social: em seu estatuto a empresa deve definir o objeto social de modo claro e preciso, determinando o gênero e espécie de atividades desenvolvidas, lícitas, possíveis e com fins lucrativos. Não se permite o exercício de atividades filantrópicas em uma sociedade anônima, essa definição do objeto social no estatuto, serve para delimitar o âmbito de atuação, permitindo assim o ente público responsabilizar os administradores e controladores em casos de extrapolar os limites legais.

Borba (2012) demonstra que as sociedades anônimas possuem duas bifurcações em sua formação, que são as companhias de capital aberto e de capital fechado, havendo algumas peculiaridades que distinguem uma da outra.

Gabriel (2010) enfatiza que quando as ações são negociáveis junto ao mercado de valores mobiliário, com subscrição pública de ações, estas se caracterizam como companhia aberta, ao contrário da companhia de capital fechado, que o capital é negociado de forma restrita, sendo com subscrição privada de valores.

Tomazette (2011) acrescenta dentre as diferenças das sociedades abertas e fechadas, a obrigatoriedade da inscrição da aberta, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se submetendo às normas mais específicas dando uma maior proteção ao mercado.

Já as companhias de capital fechado negociam suas ações por meio de subscrição particular, sendo feita de forma exclusiva nas assembleias entre os fundadores e pessoas convidadas por eles (GABRIEL, 2010).

Dessa forma, as companhias abertas são mais rígidas e ao mesmo tempo seguras para o investidor. “Poder-se-ia afirmar que a companhia aberta se encontra sujeita às normas mais rígidas, a publicidade mais acentuada e a constante fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)” (BORBA, 2012, p. 176).

Tomazette (2011) assegura que a CVM atua como um agente que resguarda a lisura da negociação no mercado, tornando mais confiável e atrativo aos investidores.

Após a escolha de se optar por uma sociedade aberta ou fechada, os sócios terão que fazer a divisão das ações da empresa. As ações são divididas em ordinárias, preferenciais ou de fruição (GABRIEL, 2010).

As ordinárias dão direito a voto em assembleias, não podendo ser inferior a 50% do montante total das ações, sendo de total importância para a gestão da empresa. As preferenciais não podem ultrapassar 50% do total das ações subscritas, atribuindo prioridade aos acionistas na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, se previsto no estatuto os acionistas podem eleger um ou mais membros nos órgãos da administração. As ações fruição também conhecidas como ações em gozo, são apenas títulos que não dão direito de forma alguma na representatividade do capital social da companhia, garantindo apenas percentuais na divisão dos dividendos (GABRIEL, 2010).

Devido à necessidade de atrair investimentos para os empreendimentos, as sociedades anônimas influenciam de forma significativa na construção do capitalismo, possibilitando eliminar e dispensar os riscos de perdas de valores investidos (TOMAZETTE, 2011), todavia, esse tipo de sociedade, assim como nas demais, podem oferecer vantagens e desvantagens.

2.2.1 Vantagens e desvantagens de empresas constituídas como Sociedades Anônimas

A responsabilidade dos acionistas perante o capital social da companhia representa uma vantagem, uma vez que se limita ao valor investido nas ações, não colocando em risco seu patrimônio pessoal (TOMAZETTI, 2011). Assim, caso a empresa entre em recuperação judicial, não será retido o patrimônio particular dos acionistas.

Segundo Tomazette (2011), as debêntures² constituem-se em outra vantagem devido à possibilidade de correção monetária do valor a ser restituído, podendo ser corrigido por qualquer índice que não seja contraditório à legislação, até mesmo pela variação cambial.

Seguindo a linha de benefícios, a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode ser tratada como um fator positivo, uma vez que age diretamente na asseguuração dos acionistas, levando a eles vantagens em permanecer ou até mesmo adentrar em sociedades por ações, considerando suas funções. “A CVM tem como funções fiscalizadora, regulamentar, registraria, consultiva e fomento” (BORBA, 2012, p. 185).

²Segundo Art. 52 da Lei 6.404/76, debêntures são títulos que uma companhia poderá emitir que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, sendo nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado, atribuindo valor nominal expressa em moeda nacional. (Brasil, 2016)

A obrigação de divulgação de suas demonstrações em meio público assegura confiança no mercado financeiro, atraindo novos investidores e mantendo os atuais, conforme artigo 289, da Lei nº 6.404/76 “[...]em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia” (BRASIL, 1976).

Perante o quadro administrativo, essas companhias permitem que acionistas minoritários ou empregados façam parte do sistema de organização da administração, por meio do conselho administrativo (REQUIÃO, 2011). Dessa forma, não privilegia apenas os sócios a serem administradores da empresa, mais todo um conjunto de pessoas ligadas.

Por outro lado, as sociedades por ações possuem desvantagens, a começar pelo seu processo de constituição (abertura) diferenciando-se do processo de abertura por contratos empresariais. Mamede (2007) argumenta que as sociedades de modo geral são registradas mediante os artigos 986 a 990 do Código Civil, e supletivamente, pelos artigos 997 a 1.038 do mesmo Código, sendo que as sociedades anônimas não se aplicam a essas hipóteses de constituição, devido normas específicas dispostas na Lei nº 6.404/76.

Dentre as obrigações financeiras dos sócios com a sociedade, pode-se destacar a de não contribuir na forma do estatuto e do boletim de subscrição para a formação do capital. Caso o acionista no vencimento das entradas não efetuar o pagamento, e se for cobrado pelo conselho, o mesmo estará sujeito às penalidades de mora podendo até perder a posse das ações. A companhia, por sua vez, disponibilizará tais ações junto ao mercado financeiro para novos acionistas. No caso de não aquisição dessas ações no prazo de um ano, estas devem ser consideradas caducas, e assim convocar uma nova assembleia para a redução do capital social (REQUIÃO, 2011).

Outra desvantagem segundo Crepaldi (2012) refere-se ao período de gestão do conselho, pois, em conformidade com o artigo 140, da Lei nº 6.404/76, a cada três anos deve-se trocar os gestores do conselho, o que ocasiona a interrupção do processo de gestão, inclusive a tributária. Neste sentido, o conselho administrativo atua de forma negativa para a continuidade das práticas de administração do negócio, quebrando assim o vínculo entre gestores e gestão.

2.2.2. Gestão tributária aplicada às Sociedades Anônimas

Conforme determinação da legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), as empresas podem optar pela tributação pelo lucro real ou presumido, desde que não estejam em situações de impedimento, dessa forma as empresas sociedades anônimas não estando obrigadas ao lucro real, podem optar mediante uma gestão tributária pelo lucro presumido (RODRIGUES *et al.*, 2016).

Visando essas escolhas, a gestão tributária auxilia na definição do regime, caso o gestor opte em desenvolver junto à empresa o lucro real, certamente estará visando o pagamento somente do IRPJ sobre o lucro apurado no exercício em andamento, esse regime permite que o gestor compense prejuízos fiscais de períodos anteriores, e o pagamento do tributo somente sobre o real lucro apurado no exercício (CREPALDI, 2012).

Lima (2010) compreende que o lucro real é a base de cálculo do imposto de renda apurado mediante os registros fiscais e contábeis de acordo com as leis comerciais e fiscais. Dessa forma, esse regime dá a possibilidade de recuperação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime não cumulativo, nas operações de compras, em contrapartida as alíquotas aumentam de 0,65%, para 1,65% de PIS e na COFINS de 3%, para 7,6% (ZANATTA; NETO, 2015).

Tendo compreendido o regime, o gestor ainda pode optar em apurar o lucro real em duas formas distintas sendo: trimestral e anual. Crepaldi (2012) demonstra em sua visão os benefícios de apurar o lucro real de forma trimestral e anual:

1. Regime trimestral - recomendado quando a companhia apresenta resultados uniformes durante o exercício, evitando assim maiores desembolsos financeiros, apurado a cada 3 meses, e se a empresa apresentar lucro em um trimestre e prejuízo fiscal no seguinte, a mesma poderá utilizar-se da compensação fiscal desse prejuízo, limitado a 30% do lucro real apurado nos períodos seguintes, até esgotar o prejuízo obtido;

2. Apuração anual - a empresa fica desobrigada de levantar balanços patrimoniais a cada 3 meses, com recolhimentos mensais por estimativa a partir da receita bruta, sendo obrigada a levantar apenas um balanço no encerramento do exercício, todavia, fica a cargo do gestor em circunstâncias de melhor gerir a empresa levantar mensalmente balanços, nesse aspecto a empresa pode obter resultados tanto positivos quanto negativos, no decorrer dos meses, podendo compensar automaticamente o prejuízo, no período da apuração (CREPALDI, 2012).

Já, o lucro presumido, baseia-se em alíquotas que variam de acordo com o objeto social das atividades geradoras de receitas, desse modo aplica-se sobre a receita bruta (líquida de deduções permitidas) a alíquota, resultando na base de cálculo, que será aplicado o percentual do imposto tributado, de forma trimestralmente. Podem optar pelo lucro presumido, as empresas desobrigadas por lei ao lucro real (SANTOS; OLIVEIRA, 2008).

Após o gestor delinear as formas de regime de tributação permitidas em leis, o mesmo pode recorrer às outras atividades que reduz a carga fiscal, dentre elas destacam-se: a venda de

produtos para o exterior, incentivos fiscais e programas de apoio ao desenvolvimento. Crepaldi (2012) demonstra que as vendas para o exterior são isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Como exemplo de incentivos fiscais destaca-se os de áreas de atuação, como a Zona Franca de Manaus que, mediante a Lei nº 11.077/2004, oferece incentivos fiscais na comercialização e industrialização de alguns produtos; outros incentivos são os de aderir a programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico como: programa de indústria de equipamentos para TV digital e Indústria de Semicondutores e da Infraestrutura, ambos recebem incentivos na alíquota do PIS, COFINS, IPI (CREPALDI, 2012).

Outros incentivos também são citados por Rodrigues *et al.* (2016), como o Programa de alimentação ao trabalhador (PAT); Doações e patrocínios realizados em favor de projetos culturais, devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura; Doações aos fundos de Direitos da Criança e do Adolescente; Apoio por meio de doações e patrocínios a projetos desportivos e para desportivos aprovados pelo Ministério do Esporte; Doações e patrocínios ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, previamente aprovado pelo Ministério da Saúde; dentre outros.

Dessa forma, cabe ao gestor fazer um estudo da empresa, no tocante às questões tributárias, para definição da melhor opção visando melhor resultado econômico, em função da redução da carga fiscal. Para Borges (2004), a elaboração de um planejamento tributário inicia com um levantamento de dados das operações industriais, negócios mercantis, que estejam ligadas diretamente ou indiretamente com as questões fiscais.

Por outro lado, na opinião de Santi *et al.* (2013), o planejamento tributário sofre várias incertezas pelas mudanças frequentes e aleatórias nas políticas fiscais. Essas incertezas fazem com que as obrigações tributárias se tornem duvidosas, até mesmo pelo fato de poder haver possíveis manipulações ou pela compressibilidade das leis tributárias, tanto para a aplicabilidade como para compreender.

Com todas essas políticas e peculiaridades dos regimes, o profissional ainda se depara com as possibilidades de imunidades, isenções e não-incidências de tributos em determinados ramos de atividade. A Imunidade por sua vez, é uma forma legislativa prevista na Constituição Federal (CF) que qualifica situações em que alguns tributos não podem atingir a operação, autorizado pelo agente ativo, assim a operação fica fora do campo que se autoriza a instituição de tributos (ROCHA, 2014).

A isenção compreende a exclusão do crédito tributário, dispensando a cobrança do tributo após a ocorrência do fato gerador, mediante Lei instituída pelo legislador responsável pela cobrança do tributo (ICHIHARA, 2006). Já, a não-incidência, é a não subsunção de um ramo ou situação do fato gerador, ficando fora da abrangência da legislação tributária, também conhecida como exclusão do crédito, uma vez que não ocorre o fato gerador, se considera uma hipótese de não-incidência (ROCHA, 2014).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória na concepção de Prodanov e Freitas (2013) é uma pesquisa mais flexível, que permite uma proximidade mais familiar do pesquisador com o tema, proporcionando um maior leque de informações. Enquanto a descritiva, descreve as características de um determinado objeto, as informações utilizadas nesse formato de pesquisa possuem técnicas mais padronizadas, exigindo do pesquisador um grau maior de responsabilidade, proporcionando assim a validade científica da pesquisa (SILVA, 2006).

No tocante aos procedimentos, a pesquisa se configura como bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo o levantamento de dados, por meio de leituras de livros e artigos, adquirindo informações concernentes ao tema já catalogados (PRETES, 2011). A pesquisa de campo, segundo Prodanov e Freitas (2013), é usada com objetivo de alcançar conhecimentos de um problema que almeja respostas, ou, ainda, descobrir novos fenômenos que ocorrem de forma espontânea.

Foi utilizado o método dedutivo. Seguindo o pensamento de Prodanov e Freitas (2013), o método dedutivo visa transformar enunciados universais em particulares, tendo como ponto de partida a premissa antecedente e o ponto de chegada, o consequente (SILVA, 2006).

No que se refere à abordagem, classifica-se como qualitativa, com pesquisa aplicada. Essa abordagem busca interpretar os fenômenos e as atribuições de significados, sendo que o pesquisador é o instrumento-chave para a coleta de dados, mantendo contato direto entre o ambiente e o objeto de estudo, sem que haja manipulações intencionais do pesquisador nos resultados, fazendo com que necessite de um trabalho mais intenso *in loco* (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O público alvo da pesquisa compreende gestores da área tributária de empresas constituídas na forma de sociedade anônima de direito privado, tanto de capital aberto ou fechado, que estejam em pleno funcionamento de suas atividades mercantis, resultando em mais

de dois exercícios fechados, requisito fundamental para análise de lucratividade do uso da gestão, com sede no município de Cacoal.

Para levantamento do quantitativo de empresas recorreu-se a Junta Comercial do Estado de Rondônia, a qual forneceu listagem contendo todas empresas respectivamente ativas perante o órgão, conforme disposto na figura 03, bem como endereços para fins de localização. Desta forma, delimitou-se a aplicação da pesquisa de campo, em empresas constituídas na forma de sociedade anônima, de direito privado, tanto de capital aberto como fechado.

Descrição das empresas constituídas como Sociedades por Ações no município de Cacoal (RO)	Empresas ativas junto à JUCER/RO Até 28/04/2016
Empresas de capital público e privado, ativas.	61
Empresas apenas de capital privado ativas.	43
Empresas em pleno funcionamento de capital privado.	7

Figura 03: Empresas ativas perante o Órgão JUCER/RO

Fonte: Junta comercial do estado de Rondônia (2016)

Vale ressaltar que mesmo havendo 43 empresas constituídas como Sociedades por Ações S/A, só foram localizadas 7. Pois as demais estão com suas atividades paralisadas ou se mudaram. Sendo assim, a pesquisa foi realizada junto a apenas sete empresas.

Os dados sobre gestão tributária, foram obtidos por meio de entrevista utilizando-se de um roteiro semiestruturado, com o propósito de levantar as práticas de gestão tributária nas empresas em estudo, no período de agosto a outubro de 2016.

Após a coleta os dados foram analisados, com o auxílio de ferramentas eletrônicas como *word* e *excel* e apresentados por meio de figuras. A análise teve como respaldo a técnica de análise de conteúdo, que na visão de Marconi e Lakatos (2003, p 222) “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação”. Para tanto foram utilizadas ferramentas eletrônicas como *word* e *excel*, onde os resultados foram apresentados por meio de figuras.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta sessão, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, a partir da análise dos dados.

4.1 EMPRESAS ATIVAS DE ACORDO COM DADOS DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – JUCER

Com base nas informações fornecidas pela JUCER é possível verificar que existem uma grande quantidade de empresas registradas como sociedades anônimas, sendo que apenas 16% delas ou 07 (sete) estão em pleno funcionamento as demais 84% ou 36 (trinta e seis) estão inativas, por diversos motivos, que vão desde ações judiciais em função de sonegação de impostos, encerramento das atividades no município, devido transferência das atividades para outras localidades, como também mudança de natureza jurídica, ou seja, passando de sociedade anônima para sociedade de capital limitado. Conforme pode ser observado na figura 04.

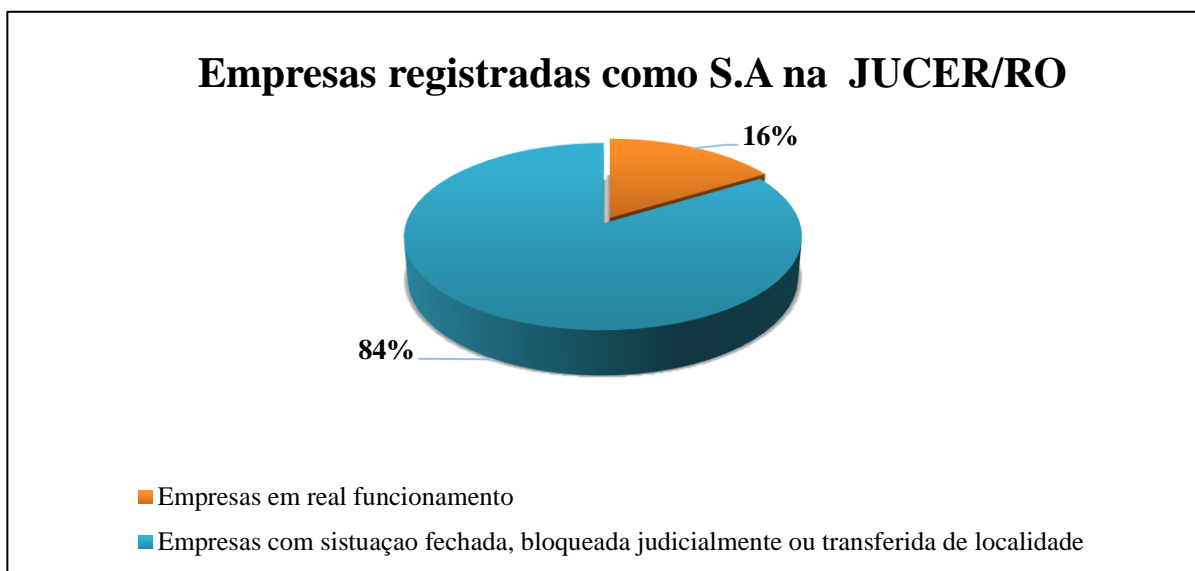


Figura 04. Empresas registradas como S.A na JUCER

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia (2016)

Os dados apresentados pela figura 04 demonstram na prática como as empresas se mantêm ativas perante os órgãos por razões até mesmo particulares, mas na realidade estão fechadas, seja por decisão dos acionistas ou ações judiciais, ou até mesmo transferidas para outras localidades, tanto dentro como fora do estado de Rondônia.

Das quarentas e três S/A ativas de acordo com relatório fornecido pela JUCER, apenas sete se encontram em pleno funcionamento dados esse obtido mediante pesquisa de campo. Essa disparidade entre informações da JUCER e realidade encontrada ao longo da pesquisa, possivelmente as empresas se mantêm ativas por razões pessoais, dificultando assim o controle do órgão sobre o real número de empresas ativas nos municípios do estado de Rondônia. A divergência entre os registros oficiais e a realidade encontrada pela pesquisa, relaciona-se em grande parte pela necessidade de adequação à tributação, e, em virtude das altas cargas

tributárias. Sendo assim, muitas empresas mudam de localidade ou de natureza jurídica, ou até, mesmo praticam ilícitos fiscais de acordo com o instituto brasileiro de planejamento tributário – IBPT (2009).

Segundo Amaral *et al* (2009) em matéria publicada no IBPT, cerca de 26,84% das empresas brasileiras praticam algum tipo de sonegação fiscal, sendo na liberação de notas fiscais com valores inferiores ou as famosas “desovas” de notas fiscais em destinatários falsos.

Nesse mesmo sentido, Moura *et al.* (2016) salientam que o ato de emitir notas fiscais falsas é crime, de acordo com ao artigo 298, da Lei 8.137/1990, podendo chegar a uma penalidade de reclusão de um a cinco anos e de multa ao contribuinte, quando comprovado a emissão das notas fiscais falsas.

4.2 VISÃO DOS GESTORES QUANTO A GESTÃO TRIBUTÁRIA

Durante a pesquisa de campo foram entrevistados sete gerentes internos das empresas, que se encontra pleno funcionamento no Município de Cacoal (RO), sendo que dos sete, dois se recusaram a responder o roteiro semiestruturado, alegando ser dados confidenciais da empresa, os outros cinco encaminharam para o setor contábil das referidas empresas, apenas três retornaram a tempo da conclusão dessa análise. Dos três que retornaram, dois disseram que as empresas praticam a gestão tributária, e apenas um disse que a empresa não aderiu a gestão tributária em seu rol de ferramentas de gestão.

Ao longo da pesquisa foi possível verificar que existe uma insegurança por parte dos gestores que atuam na gerencia das companhias, no que se refere questão tributária, pois boa parte dos gestores entrevistados não souberam responder as questões, direcionando os questionamentos para o setor contábil da empresa.

Segundo Cordeiro e Ribeiro (2002) o processo de gerenciamento no início do século XXI envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de conhecimentos, se comparado com as necessidades do século passado. Consequentemente o gestor atual precisa estar mais preparado a agir e pensar em ações totalmente diferentes das de antes.

Insegurança essa, que está relacionada em partes pelas matrizes não fornecerem os dados aos gestores das filiais (gerentes), ficando apenas de interesse do setor contábil, criando assim uma lacuna de informações entre contabilidade e gerência, que supostamente fosse repassado aos gerentes, o mesmo poderia auxiliar o setor contábil com informações específicas dos estados que atuam facilitando assim a elisão fiscal ou controle de estoque dos produtos enviados para venda.

Em determinada empresa o gestor interno se posicionou como contrário a adoção da gestão de tributos na companhia, na visão desse gestor para ser realizada uma boa gestão tributária seria necessário a contratação de um profissional para esse trabalho, o que levaria a um aumento nos custos com folha de pagamento, se tornando mais oneroso para a companhia.

Assim, por meio da aplicação do roteiro semiestruturado e das entrevistas, verificou que grande parte dos gestores internos, possuem ensino superior completo, com formação acadêmica, desde administradores e engenheiros a farmacêuticos, atuando na gerencia das unidades mercantis. E ao mesmo tempo a pesquisa demonstrou que a gestão tributária é realizada apenas pelo Contador em todas as empresas.

4.3 APLICAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E SEUS RESULTADOS DENTRO DAS EMPRESAS

São inúmeras as aplicações dessa ferramenta tributária dentro da empresa, desde as brechas fiscais, até o planejamento tributário, seguindo o pensamento de Habraão (2011), as brechas fiscais ou brechas da lei, também se denominam como elisões fiscais, mecanismos utilizados pelos gestores tributários para otimizar o ônus fiscal das empresas. Já para Kirchner e Cardoso (2004), após esgotadas todos meios da gestão tributaria o profissional pode optar se necessário pelo planejamento tributário, não deixando de ser uma peça interligada diretamente com a gestão tributária.

Dessa forma evidenciou-se que das 7 empresas constituídas no formato de sociedades por ações em funcionamento no município de Cacoal, 67% utilizam a gestão tributária como ferramenta para tomada de decisões, as demais 33% ainda não utilizam, nenhuma ferramenta de gestão tributária, como demonstrado na figura 05.



Figura 5. Empresas constituídas como S/As que utilizam a gestão de tributos na cidade de Cacoal
Fonte: Dados da pesquisa 2016

Dentro do percentual de empresas que utilizam a Gestão tributária demonstrado na figura 5, seus gestores enfatizam que o uso dessa prática está voltada para a redução de pagamento de impostos, visando assim um maior desempenho econômico e financeiro no final do exercício.

Constatou-se, que os gestores que utilizam da gestão de tributos estão satisfeitos com a implantação dessa ferramenta, uma vez, que a mesma proporciona uma redução de aproximadamente 20% nos tributos pagos. Podendo assim, usar recursos antes pagos ao governa, para melhorar a infraestrutura e geração de resultado positivo dentro da própria organização. Assim podemos exemplificar em valor monetário esse grau de redução da seguinte forma, se uma empresa X gastasse mensalmente R\$ 20.000,00 com pagamento de tributos; aplicando a redução de 20%, serão economizados no período R\$ 4.000,00, chegando ao um montando de R\$ 48.000,00 economizados ao longo de um ano.

Dentre as práticas usadas, estão a gestão de custos e a isenção e planejamento tributário, ambas estão ligadas com a economia dos tributos estaduais e federais dentre eles ICMS, PIS, CONFINS, IRPJ e CSLL, seja pela redução dos custos que influem na compra de matéria prima que reduz tributos, ou, na isenção de determinado tributo como no caso o ICMS, mediante a Lei 688/96, em seu art. 3º.

Das empresas pesquisadas apenas uma está sobre a forma de tributação do lucro real para o Imposto de Renda, sendo obrigada a tal regime, uma vez que ultrapassou o limite mínimo de faturamento que exige ser contabilizado sobre o lucro real, conforme estabelecido pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, as empresas que auferirem lucro anual superior a R\$ 78.000.000,00, deverão ser obrigadas ao lucro real, caso seja de valor inferior ou igual poderão optar por lucro presumido.

Em relação à opção pela forma de tributação, as que optaram pelo lucro presumido, alegaram melhorias na avaliação de custos da empresa, possíveis ganhos mediante a base de cálculo, dessa forma a escolha do regime também pode estar relacionado as práticas da gestão tributária. Para Fabretti (2014), a gestão tributária é uma ferramenta cuja finalidade consiste em analisar e desenvolver práticas que auxiliam no planejamento do controle das operações que sejam diretamente ligados aos tributos.

Segundo os gestores das empresas as vantagens que a gestão tributária apresenta de forma particular para a companhia vão desde a simples redução da carga fiscal, até o aumento da competitividade da empresa no mercado, ao mesmo tempo, todas partiram do mesmo

princípio que era apenas obter uma redução do valor pago em forma de tributos ao governo, levando a resultados diferentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou demonstrar se as empresas constituídas na forma jurídica de sociedades anônimas privadas do município de Cacoal (RO), utilizam a gestão tributária no gerenciamento, buscando um melhor desempenho econômico de sua organização.

Também foi possível verificar que os gestores são profissionais em grande maioria graduados com respectivas especializações, mas que na prática, as ferramentas de gestão tributária ficam a cargo exclusivamente dos contadores das respectivas organizações. Os gestores internos destacam que a gestão tributária, quem faz é o contador, independente se a contabilidade da empresa é própria ou terceirizada, ficando sob o gestor interno a responsabilidade apenas de encaminhar as notas de saída de mercadorias e o controle de estoque, ou seja, os gerentes afirmam que eles não fazem gestão tributária.

Foi verificado que 67% das empresas constituídas sobre a natureza jurídica Sociedades por Ações devidamente instaladas e em pleno funcionamento na cidade de Cacoal (RO), utilizam-se da gestão tributária em seu gerenciamento de negócios visando uma maior economia de tributos e financeiras, que segundo os contadores os mesmos adotam práticas que vão desde a escolha do regime de Imposto de Renda, brechas legais, até otimização de custos, chegando a uma redução de até 20% dos valores pagos por meio de impostos. Sendo que o perfil dos gestores varia de acordo com o seguimento das atividades da empresa, mais ficando exclusivamente a cargo do contador a gestão de tributos.

Diante disso, fica evidente que os pontos positivos dessa pesquisa foi demonstrar que grande parte das empresas constituídas como S/A em funcionamento no município de Cacoal, estão atendendo ao que é disposto pelo artigo 153. Da Lei nº 6.404/76. Tal situação vai ao encontro do que é afirmado por Crepaldi (2012), o qual diz que todo administrador das sociedades por ações tem como obrigatoriedade a execução da gestão tributária dentro do quadro de ferramentas corporativas das empresas.

Por outro lado como ponto negativo, podemos destacar a pequena quantidade de empresas que realmente estão ativas no formato de S.A, no município de Cacoal, se comparado com a quantidade registradas junto a JUCER. Outro ponto negativo que deve ser destacado é a não aceitação da aplicação do questionário por parte dos gestores de algumas empresas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Marcelo Alcântara Abrahão. **A ELISÃO FISCAL COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**. Indexo UFSC. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295994.pdf>>. Acesso em 5 de março. 2016.

AMARAL, Gilberto Luiz. *Et al.* **Estudo sobre a Sonegação Fiscal Brasileira 2009**. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/49/EstudoVeQuedaNaSonegacaoFiscalDasEmpresasBrasileiras.pdf>>. Acesso em 28 de Outubro de 2016.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 13 ed. Rev e Atual – Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos: IPI, ICMS E ISS**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS E IR: Economia de impostos, Racionalização de procedimentos fiscais, Relevantes Questões tributárias, Controvertidas Questões tributárias, Complexas Questões tributárias, Questões Avançadas no universo da Governança tributária**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Brasil. Lei nº 6 404/1976, **Lei das Sociedades Anônimas**. Senado federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm> Acesso em: 10 de março. 2016.

Brasil. Lei nº 12.814/2013, **Lei do Lucro Presumido**. Senado federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm> Acesso em: 03 de Novembro. 2016.

CALIJURI, Mônica Sionara Schpallir. **Avaliação da gestão Tributária A Partir de uma Perspectiva Multidisciplinar**. Biblioteca digital USP, teses e Dissertações. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18022010-155046/pt-br.php>> Acesso em: 12 de fevereiro. 2016.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário Na Prática: Gestão Tributaria Aplicada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHING, Horng Yuh. **Contabilidade Gerencial**. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Planejamento tributário: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ESNOLDE, Adilson Leandro *et al.* Percepção dos Controller sem Relação á Gestão Tributária. **9º Congresso USP, 2009**. Disponível em: <<http://blog-fipecafi.imprensa.ws/wp-content/uploads/2012/01/A-RELA%C3%87%C3%83O-DOS-CONTROLLERS-COM-A-GEST%C3%83O-TRIBUT%C3%81RIA.pdf>> Acesso em: 05 maio. 2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI Dilene Ramos. **Direito Tributário**: para os concursos de administração e ciências contábeis. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERRARRI, Ed Luiz. **Contabilidade Geral**: teoria e 1.000 Questões. 13 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

GABRIEL, Sérgio. **Direito empresarial**: coleção da ordem. v. 3. São Paulo: Atlas, 2010.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito tributário: Atualizado de acordo com as emendas constitucionais nº 3, de 17-3-93; 10, de 4-3-96; 12, de 15-8-96; 17, de 22-11-97; 21, de 18-3-99; 29, de 13-9-00; 31, de 18-12-00; 32, de 11-9-01; 33, de 11-12-01; 37, de 12-6-02; 39, de 19-12-02; 40, de 29-5-03; 41 e 42, de 31-12-03; 44, de 30-6-04; 45, de 8-12-04 e 47, de 5-7-05**. ed. 15 – São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JORNAL ELETRÔNICO O PROGRESSO. **Brasil tem a 14ª maior Carga Tributária do Mundo**. Disponível em: < <http://www.progresso.com.br/caderno-a/economia/brasil-tem-a-14-maior-carga-tributaria-do-mundo> > Acesso em: 10 de junho de 2016.

KIRCHNER, Alfredo Eduardo; CARDOSO, Jorge Luís. **Gestão Do Custo Tributário**: Um Estudo Do Impacto Dos Tributos Na Cadeia Tributária. 23º Congresso Brasileiro de Custo, 2015. Disponível em <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2403/2403>> Acesso em: 01 de maio de 2016.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Francineide Borges; DUARTE, Ana Maria da Paixão. **Planejamento Tributário**: Instrumento Empresarial De Estratégia Competitiva. Sistema Eletrônico de Revistas da UEPB. Disponível em:<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/106/75>> Acesso em: 22 de abril de 2016.

LOVATEL, Fabiane. *Et al.* **A Responsabilidade Ética E Legal Do Profissional Contábil Na Gestão Tributária**. Anais - Seminário De Iniciação Científica De Ciências Contábeis, V. 4, N. 1 (2013). Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/anaiscontabeis/article/view/686>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**: empresa e atuação empresarial. Volume 1, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 3 ed - São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Osmar; RAISER, Gilberto. **Planejamento estratégico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.3, n.4, p.230-240, Sem II 2009. Temática TCC. ISSN

1980-7031. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php>>. Acesso em: 14 de abril. 2016.

MOURA, Renan Gomes de. *Et al.* **O papel da auditoria externa no combate à sonegação.** Cadernos UniFOA, Volta Redonda, n. 31, p. 75-86, ago. 2016. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/cadernos/ojs/index.php/cadernos/article/view/402>> Acesso em 28 de Outubro de 2016.

OLIVEIRA, Luiz Martins. *Et al.* **Manual da Contabilidade Tributaria:** textos e Teses com as Respostas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Coelho de. **TGA Planejamento.** FACCAMP, Material de Apoio. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/apoio/FranciscoCoelhoOliveira/TGA-PLANEJAMENTO.pdf>>. Acesso em 15 de maio. 2016.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do Planejamento aos textos, da escola à acadêmica. 4 ed. – São Paulo: Rêspel, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo - RS. 2013

REQUIÃO, Rubens. **Curso De Direito Comercial 2ª Volume.** 28 Ed. Ver. e Atual. – São Paulo: Saraiva, 2011.

ROCHA, Roberval. Direito tributário. Coleção para exame da ordem – vol 3. 2 ed. – Salvador, Bahia: JusPODIVM, 2014.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. *et al.* **IRPJ/CLL – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o lucro 2016.** São Paulo: IOB, 2016.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. *et al.* **Transparência Fiscal e Desenvolvimento:** Homenagem ao professor Isaias Coelho. 1ed. – São Paulo: FISCOself, 2013.

SANTOS, Adiléia Ribeiro; OLIVEIRA, Rúbia Carla Mendes de. **Planejamento Tributário Com Ênfase Em Empresas Optantes Pelo Lucro Real.** 18º congresso brasileiro de contabilidade. Disponível em: <http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/361.pdf>. Acesso em: 2 de junho. 2016.

SANTOS, Aline dos. **Monografia:** A Importância Do Planejamento Nas Empresas De Micro, Pequeno E Médio Portes. Monografia, Universidade Candido Mendes. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t205745.pdf>. Acesso em: 5 de maio. 2016.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da Silva. **Metodologia da Pesquisa aplicada a Contabilidade**: Orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2 ed.- São Paulo: Atlas.2006.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e tributária**. 9 ed. São Paulo: IOB Folhamatic EBS – SAGE, 2015.

SIQUEIRA, Alexander Dias. **Gestão Tributária**. Revista CEPPG - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão, Ano XIV, Nº 24 - 1º Semestre/2011. Disponível em <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/8db2e00ad0153d74186490da283f0d92.pdf>. Acesso em: 15 de maio. 2016.

TOMAZETTI, Marlon. **Curso de Direito empresarial**: teoria geral e direito societário. Volume 1. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZANATTA, Dílson; NETO, Ricardo Maroni. **Algumas considerações sobre o planejamento tributário**: uma comparação por meio de simulação entre o Simples, o Lucro Presumido e o Lucro Real. Portal Períodos científicos da Kroton. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/viewFile/2707/2572>>. Acesso em 02 de Junho. 2016

APÊNDICE A – Versão preliminar do roteiro semiestruturado para pesquisa de campo junto aos gestores tributários de empresas sociedades anônimas privadas.

Empresa: _____

1. Função do respondente:

2. É o responsável pela gestão tributária da empresa?

() sim;

() Não. Qual profissional exerce a função? _____

3. Tempo em que você atua na função

() 0 a 2 anos;

() 3 a 5anos;

() 6 a 8 anos;

() 9 a 11 anos;

() acima de 12 anos

4. Escolaridade:

() Ensino Médio;

() Superior Incompleto;

() Superior completo;

() Pós graduação;

() Mestrado;

() Doutorado

5. Qual a formação profissional?

() Contador;

() Administrador;

() Economista;

() Advogado;

() Outros: _____

6. Sexo:

() Masculino;

() Feminino;

7. Cidade sede da empresa:

() Pimenta Bueno;

() Rolim de Moura

8. Tempo de atuação da empresa no mercado:

() 0 a 2 anos

() 2 a 5anos

() 5 a 10 anos

() 10 a 15 anos

() acima de 15 anos.

9. Porte:

() Pequeno;

() Médio;

() Grande

10. Qual o ramo de atividade principal da empresa?

() Indústria na produção de: _____

() Comércio na revenda de: _____

() Serviços de: _____

() Indústria e comércio de: _____

() Indústria e serviço: _____

() Comércio e serviço: _____

11. Quais motivos levaram a empresa a optar por S/A de capital aberto?

() Melhor atuação no mercado de Valores;

() Melhor quadro de acionistas;

() Melhor desenvoltura de arrecadação de capital social;

() Outros: _____

12. A contabilidade da empresa é própria ou terceirizada?

() Própria;

() Terceirizada;

13. Qual a forma de tributação da pessoa jurídica quanto ao IR?

() Lucro real;

Lucro presumido;

14. Se for lucro real, foi por opção ou obrigatoriedade

() Opção. Porque? _____

() Obrigatoriedade. Qual? _____

15. A empresa se utiliza da gestão tributária na condução do negócio, visando economia de tributos?

() Sim

() Não.

(Se negativo, pular para questão 23)

16. Se positivo, quais as vantagens que a gestão tributária apresentou até o momento para a sua empresa?

() Redução da carga tributária;

() Empresa mais competitiva com a redução do custo tributário;

() Um sistema de controle padronizado;

() Profissionais mais qualificados;

() Outro: _____

17. O que motivou a empresa a fazer gestão tributária?

() Redução da carga tributária;

() Planejamento mais adequado ao porte da empresa;

- () Otimização dos Custos;
() outros: Quais? _____

18. Os benefícios proporcionados pela gestão tributária atenderam as suas expectativas?
() Sim. Como? _____
() Não. Porque? _____
() superou expectativas. Quais _____

19. A implantação da gestão tributária em sua empresa apresentou custos?
() Sim. Quais? _____
() Não. De que forma fez? _____

20. Quais são as práticas tributárias que a empresa utiliza?
() Gestão de custos;
() Isenção, Não incidência;
() Local geográfico; Qual _____
() Programas de incentivos; Quais _____
() Planejamento tributário;
() Outros: _____

21. Caso a empresa se utilize de planejamento tributário e de outras práticas de gestão tributária, em termos percentuais, qual a economia tributária?
() 10%
() 20%
() 30%
() acima de 30%
() não houve economia. Justifique _____

22. Se houve economia, quais os tributos que proporcionaram essa economia e qual o embasamento legal?
() ICMS;
() ISS;
() PIS; CONFINS;
() IRPJ e CSLL
() Outros: _____
Embasamento legal: _____

23. Se Negativo, porque não faz gestão tributária em sua empresa?
() Custo elevado;
() Falta de Profissionais qualificados;
() Falta de conhecimento sobre o assunto;
() Outros: _____

24. A empresa tem conhecimento dos benefícios que a gestão tributária pode oferecer?
() Sim. Quais? _____
() Não, pois não tive como saber ou onde pesquisar;
() Não. Por falta de informações do contador;
() Não. Por considerar algo desnecessário para a companhia.
() Outros _____

25. O contador orienta quanto a prática da gestão tributária em sua empresa?

() Sim; Porém não houve interesse em implantar.

() Não. A empresa não solicitou;

() Não. O contador não presta tais serviços;

() Outros: _____

26. Em algum momento já procurou profissionais para desenvolver a gestão tributária na empresa?

() Sim. Quando? _____

() Não. Porque? _____

27. A empresa sente-se prejudicada com a alta carga tributária do país?

() Sim;

() Não. Porque? _____

28. Caso se sinta prejudicado, quais as estratégias que a empresa pensa em utilizar para reduzir a carga tributária, já que não faz gestão tributária?

() Pesquisar profissionais qualificados para o cargo, visando a contratação;

() Estudo de brechas na lei visando a redução do ônus tributário;

() Desenvolver meios de qualificar os empregados já existentes, para atuar na área tributária, visando reduzir o ônus tributário;

() Não pretende implantar mudanças;

() Outros: _____